



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR NATAL FURLAN, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA/SP.**

Defiro de acordo com o art. 72 do Regimento Interno.

A secretaria para providências de estilo. Pirassununga, 30/11/2009.

Natal Furlan  
Presidente

ANTONIO CARLOS BUENO GONÇALVES, vereador com assento à esta Casa de Leis, vem, respeitosamente, requerer na forma do artigo 72 do Regimento Interno, a retirada do **Projeto de Lei nº 130/2009**, de autoria deste Edil, que visa alterar dispositivo da Lei nº 3.365, de 24/05/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências, para fins de melhores estudos.

Pirassununga, 30 de novembro de 2009.

Antonio Carlos Bueno Gonçalves  
Vereador

03380-Câmara Pirassununga-30/11/2009-15:29:07TAT0024142C2A 2



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PROJETO DE LEI Nº 130/2009

*“Altera dispositivo da Lei nº 3.365, de 24/05/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências.”.....*

### **A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O § 1º do artigo 13 da Lei nº 3.365, de 24 de maio de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.13 .....

§ 1º A Concessionária obriga-se a assegurar aos idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade; às mulheres grávidas e às pessoas com deficiência física, mental e sensorial e, neste caso, quando absolutamente necessário, também a um acompanhante:

- a) o passe gratuito;
- b) dois lugares reservados à frente, por veículos;
- c) o acesso ao veículo pela porta da frente. (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 23 de novembro de 2009.

*Antonio Carlos Bueno Gonçalves*  
Vereador

Cmp/asdba.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação,  
para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de  
Pirassununga, 23 de 11 de 2009  
Natal Furlan  
Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e Lavoura,  
para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de  
Pirassununga, 23 de 11 de 2009  
Natal Furlan  
Presidente

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa  
Humana, para dar parecer

Sala das Sessões, 23 de 11 de 2009  
Natal Furlan  
(Presidente)

A Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços  
Públicos, para dar parecer.

Sala das Sessões, 23 de 11 de 2009  
Natal Furlan  
(Presidente)

A Comissão de Educação, Saúde Pública e  
Assistência Social, para dar parecer.

Sala de Sessões, 23 de 11 de 2009  
Natal Furlan  
(Presidente)

A Comissão de Defesa do Consumidor, para dar  
parecer.

Sala das Sessões, 23 de 11 de 2009  
Natal Furlan  
(Presidente)

Retirado a pedido do  
autor, conforme protocolado  
nº 03380, de 30/11/2009.

Sala das Sessões, 30/11/2009  
Natal Furlan



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Síte: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Nobres Pares,

Com a aprovação do Estatuto do Idoso em 2003, (Lei 10.741/03) reconheceu a gratuidade do acesso ao transporte público e permissionário às pessoas com idade acima de 65 anos.

Assim, a proposta é de que tal benefício se estenda a pessoas com 60 anos de idade, aumentando a amplitude de pessoas beneficiadas.

A população de idosos de Pirassununga contrária estão com esse benefício, favorecendo inclusive a circulação de pessoas, de forma eficaz.

Assim, conto com a aprovação dos Nobres Pares à propositura, diante do interesse social que envolve a matéria.

Pirassununga, 23 de novembro de 2009.

  
Antônio Carlos Bueno Gonçalves  
Vereador

Cmp/asdba.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER N°

### COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei n° 130/2009*, de autoria do Vereador Antonio Carlos Bueno Gonçalves, que visa *alterar dispositivo da Lei n° 3.365, de 24/05/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências*, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões,

**SEM ASSINATURA**

*Otacilio José Barreiros*  
Presidente

**SEM ASSINATURA**

*Hideraldo Luiz Sumaio*  
Relator

**SEM ASSINATURA**

*Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho*  
Membro

*Cmp/asdba.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER Nº

### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 130/2009*, de autoria do Vereador Antonio Carlos Bueno Gonçalves, que visa *alterar dispositivo da Lei nº 3.365, de 24/05/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro.

Sala das Comissões,

SEM ASSINATURA

*Antonio Carlos Duz*

*Presidente*

SEM ASSINATURA

*Roberto Bruno*

*Relator*

SEM ASSINATURA

*Wallace Ananias de Freitas Bruno*

*Membro*

Cmp/asdba.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER Nº

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 130/2009*, de autoria do Vereador Antonio Carlos Bueno Gonçalves, que visa *alterar dispositivo da Lei nº 3.365, de 24/05/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto assistencial.

Sala das Comissões,

**SEM ASSINATURA**

*Paulo Eduardo Caetano Rosa*  
Presidente

**SEM ASSINATURA**

*Antonio Carlos Duz*  
Relator

**SEM ASSINATURA**

*Otacilio José Barreiros*  
Membro

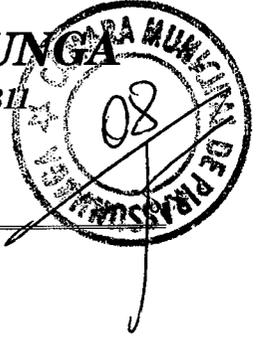
*Cmp/asd/ba.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811  
Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER N°

### COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇO PÚBLICO

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei n° 130/2009*, de autoria do Vereador Antonio Carlos Bueno Gonçalves, que visa *alterar dispositivo da Lei n° 3.365, de 24/05/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto urbanístico.

Sala das Comissões,

**SEM ASSINATURA**

*Antonio Carlos Bueno Gonçalves*  
Presidente

**SEM ASSINATURA**

*Wallace Ananias de Freitas Bruno*  
Relator

**SEM ASSINATURA**

*Roberto Bruno*  
Membro

Cmp/asdba.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER N°

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei n° 130/2009*, de autoria do Vereador Antonio Carlos Bueno Gonçalves, que visa *alterar dispositivo da Lei n° 3.365, de 24/05/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto humanístico.

Sala das Comissões,

**SEM ASSINATURA**  
Hilderaldo Luiz Sumaio  
Presidente

**SEM ASSINATURA**  
Otacilio José Barreiros  
Relator

**SEM ASSINATURA**  
Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho  
Membro



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## PARECER N°

### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei n° 130/2009*, de autoria do Vereador Antonio Carlos Bueno Gonçalves, que visa *alterar dispositivo da Lei n° 3.365, de 24/05/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto de consumo ao contribuinte.

Sala das Comissões,

**SEM ASSINATURA**

*Wallace Ananias de Freitas Bruno*  
Presidente

**SEM ASSINATURA**

*Otacilio José Barreiros*  
Relator

**SEM ASSINATURA**

*Paulo Eduardo Caetano Rosa*  
Membro

Cmp/asdba.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



– LEI Nº 3.365, DE 24 DE MAIO DE 2005 –

*“Dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências.”.....*

**A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

## TÍTULO I

### DA ORGANIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### CAPÍTULO I

##### Da Organização de Serviço

Art. 1º A organização e prestação do serviço local de transporte público competem ao Município de Pirassununga.

Art. 2º A gestão do sistema de transporte público da Cidade de Pirassununga será exercida pela Prefeitura Municipal que a exercerá praticando, dentre outros, os seguintes atos:

- a) planejamento e organização dos serviços de transporte público no âmbito municipal;
- b) gerenciamento e fiscalização dos serviços de transporte público no âmbito municipal;
- c) regulamentação, controle da emissão e fiscalização da comercialização de passes, bilhetes e demais meios de pagamentos assemelhados, utilizados no serviço de transporte público;
- d) implantação de soluções que permitam a integração plena dos serviços de transporte;
- e) administração de fundos municipais de transporte e trânsito, na forma da Lei;
- f) planejamento, projeto e implantação de terminais, pontos de parada, abrigos, sinalização e outros serviços e/ou equipamentos do sistema de transporte público; e,
- g) outras atividades de planejamento, organização, gerenciamento e fiscalização necessárias a operação do sistema de transporte público municipal.

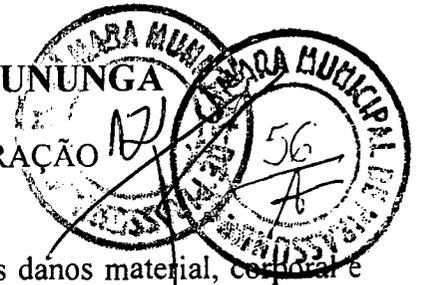
§ 1º A Prefeitura Municipal manterá permanente sistema de controle de qualidade dos serviços prestados pelos operadores de transporte público.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



§ 2º O operador responde integralmente pelos danos material, corporal e moral, a passageiros e terceiros na prestação de serviço, devendo apresentar, como condição para a assinatura do contrato, a respectiva apólice de seguro de responsabilidade civil objetiva.

Art. 3º Constituem receitas próprias da Prefeitura Municipal para o exercício das funções relativas a gestão e organização do Sistema de Transporte Público, dentre outras que lhe forem destinadas, as seguintes:

- a) as penalidades pecuniárias impostas aos operadores privados de transporte;
- b) a receita publicitária em equipamentos do sistema, como terminais, estações e pontos de parada;
- c) a remuneração pelo serviço que prestar, inclusive o de gerenciamento do sistema, em valor fixado pelo Executivo Municipal;
- d) os preços públicos e remunerações cobrados dos operadores particulares de transporte público.

Art. 4º Pelo não cumprimento às disposições da presente Lei, das normas definidas pelo Poder Público e do vínculo jurídico celebrado com o operador, serão aplicadas aos participantes do sistema, as seguintes penalidades:

- I – advertência escrita;
- II – multa;
- III – retirada do veículo de operação;
- IV – afastamento de funcionário infrator;
- V – suspensão da operação do serviço;
- VI – rescisão do contrato.

Parágrafo único. As hipóteses de incidência das penas, a respectiva dosagem e imposição serão definidas pelo Poder Público.

Art. 5º Na execução dos serviços públicos que trata esta Lei, o Poder concedente observará os direitos e obrigações dos usuários, em especial:

- I – receber serviço adequado;
- II – levar ao conhecimento do poder concedente e da concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referente ao serviço;
- III – manter em boas condições os bens públicos através dos quais os serviços lhe são prestados.

## CAPÍTULO II

### Da Prestação dos Serviços de Transporte Coletivo

Art. 6º Os serviços públicos de transporte coletivo de passageiros poderão ser explorados e executados diretamente pela Prefeitura Municipal ou por transferência a terceiros através de concessão.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



§ 1º - Considera-se transporte coletivo para os efeitos desta Lei, os serviços comuns, especiais e seletivos, executados por ônibus, microônibus e assemelhados, à disposição permanente dos usuários contra a única exigência de pagamento da tarifa fixada pela Prefeitura Municipal.

§ 2º - A concessão dos serviços públicos de transporte coletivo será precedida de ato da Prefeitura Municipal que justifique a conveniência da delegação do serviço, caracterizando seu objeto, área e prazo.

§ 3º - A concessão dos serviços públicos de transporte coletivo será realizada pelo prazo de quatro (04) anos, prorrogável por igual período, com avaliações bienais de satisfação e excelência dos serviços prestados.

§ 4º - Sem prejuízo do que trata este Artigo, a Prefeitura poderá utilizar outras formas jurídicas para transferir a execução e/ou exploração dos serviços a terceiros, em caráter emergencial, por tempo não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5º - Pela concessão do serviço de transporte coletivo, o Poder Público poderá exigir da concessionária:

I – pagamento de quantia fixa;

II – pagamento de valor mensal durante o prazo de concessão e eventual prorrogação;

III – aporte de investimentos no sistema de transporte público.

Art. 7º Não será admitida interrupção nem a solução de continuidade, ou a deficiência grave na prestação dos serviços de transporte coletivo e seletivo de passageiros, os quais devem estar permanentemente à disposição do usuário.

## CAPÍTULO III

### Do Processo Licitatório e da Relação Contratual

Art. 8º O procedimento licitatório observará as normas gerais previstas na legislação federal pertinente, bem como a legislação municipal própria.

Parágrafo único. O Edital de Licitação de concessão será elaborado pelo Poder Concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação e especialmente:

I – o objeto e o prazo da concessão;

II – a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;

III – os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;

IV – prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;

V – a relação dos documentos exigidos para a demonstração da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;

VI – as possíveis fontes de receitas alternativas;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



VII – os direitos e obrigação do Poder Concedente e da Concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação de serviços;

VIII – os critérios de reajuste e revisão da tarifa;

IX – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

X – a minuta do respectivo contrato de concessão.

Art. 9º São cláusulas essenciais ao contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo da Cidade de Pirassununga, dentre outras as seguintes:

I – a vinculação ao serviço dos meios materiais e humanos utilizados pelo concessionário;

II – especificação do objeto, área e prazo do contrato;

III – indicação de modo, forma e condições da prestação dos serviços;

IV – indicação de critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

V – determinação do preço do serviço e dos critérios e procedimentos para o reajuste e revisão das tarifas;

VI – determinação dos direitos, garantias e obrigações do poder contratante e da contratada, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;

VII – determinação dos direitos e deveres do usuário para obtenção e utilização do serviço;

VIII – previsão da forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

IX – indicação das penalidades contratuais administrativas a que se sujeitam as concessionárias e sua forma de aplicação;

X – os casos de extinção do contrato;

XI – previsão e determinação de reversão ou não de benfeitorias públicas realizadas à favor dos usuários e do Poder Concedente;

XII – indicação de critérios para o cálculo e forma de pagamento das indenizações devidas ao contratado, quando for o caso;

XIII – condições para prorrogação do contrato;

XIV – obrigatoriedade de prestação de contas da contratada ao poder contratante, sua forma e periodicidade;

XV – exigência de publicação de demonstrações financeiras da contratada;

XVI – foro e modo amigável de solução das divergências contratuais;

XVII – exigência de garantia, nas modalidades previstas no Artigo 56 da Lei de Licitações, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor do contrato.

Art. 10 Constituirão encargos do Poder Público, dentre outros:

I – regulamentar o serviço e fiscalizar permanentemente sua prestação;

II – aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III – intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em

Lei;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- IV – extinguir o contrato, nos casos previstos em Lei e no contrato;
- V – homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;
- VI – cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do contrato;
- VII – zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados das providências tomadas;
- VIII – declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à contratada, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- IX – declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a, diretamente ou mediante outorga de poderes à contratada, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis.
- X – estimular o aumento da produtividade, da qualidade da prestação de serviços de que trata esta Lei, da preservação do meio ambiente e outros; e,
- XI – implantar mecanismos permanentes de informações sobre o serviço prestado para facilitar aos usuários e à comunidade o acesso aos mesmos.

Art. 11 Constituirão encargos do concessionário, dentre outros:

- I – prestar o serviço adequado na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;
- II – realizar a comercialização de passes, bilhetes e demais meios de pagamento assemelhados, utilizados no serviço de transporte coletivo na forma definida pelo Poder Público e submetido à fiscalização;
- III – preencher guias, formulários e outros documentos, ou controles não documentais, como por processamento eletrônico de dados, ligados à operação do serviço, dentro dos prazos, modelos e outras normas fixadas pela Prefeitura Municipal;
- IV – elaborar e manter atualizada sua escrituração contábil e os demonstrativos financeiros anuais, conforme legislação que rege a matéria, bem assim prestar contas da receita ao Poder Público dos serviços concedidos;
- V – cumprir as normas de operação, manutenção e reparos;
- VI – somente contratar pessoal devidamente habilitado e com comprovada experiência para as funções de operação, manutenção e reparos dos veículos;
- VII – somente operar veículos que preencham os requisitos de circulação, conforme previstos nas normas regimentais ou gerais pertinentes, assegurando sua integridade;
- VIII – implantação e manutenção de melhorias nos equipamentos do sistema de transporte coletivo;
- IX – manter em dia o inventário e registro de bens vinculados à contratação, se for o caso;
- X – prestar contas da gestão dos serviços ao poder contratante e aos usuários, nos termos definidos no contrato;
- XI – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais;
- XII – permitir à fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, se for o caso; aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, se for o caso, bem como aos seus registros contábeis;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



XIII – zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XIV – manter seguro contra risco de responsabilidade civil para com terceiros e usuários.

§ 1º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pelo concessionário serão regidas pelas disposições de direito privado, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Poder Público.

§ 2º - A Concessionária poderá explorar como receita alternativa propaganda na parte interna do veículo, devendo ser reservado um quinto do espaço para a divulgação gratuita, pelo Poder Público, de assunto de interesse público, vedada fixação de propaganda político-partidária ou fixar cartazes de candidatos a posto eletivo.

Art. 12 Extingue-se a concessão por:

I – advento do termo contratual;

II – caducidade;

III – rescisão;

IV – falência ou extinção da empresa concessionária;

V - anulação.

Parágrafo único. Ocorre caducidade quando:

- a) se depois de autorizada, a Concessionária não iniciar imediatamente os serviços;
- b) em caso de transferência da concessão sem a anuência do poder concedente;
- c) por comprovação de incapacidade técnica e/ou financeira da concessionária.

## CAPÍTULO IV

### Das Relações Econômicas

Art. 13 Os serviços públicos de transporte coletivo de Pirassununga serão remunerados por tarifa fixada pelo Prefeito Municipal, devendo ser observados os critérios de custo-benefício e a variação da inflação no período de 12 (doze) meses, medidos por índice oficial do Governo Federal.

§ 1º - A Concessionária obriga-se a assegurar aos idosos a partir de ~~65~~<sup>60</sup> (sessenta e cinco) anos de idade e às pessoas com deficiência física, mental e sensorial e, neste caso, quando absolutamente necessário, também a um acompanhante:

a) o passe gratuito;

b) dois lugares reservados à frente, por veículo;

c) o acesso ao veículo pela porta da frente.

§ 2º - Os alunos do Ensino Oficial, Fundamental e Médio, gozarão dos descontos previstos na Lei.

§ 3º - Fica assegurado às gestantes os benefícios da alínea "b", do § 1º do Artigo 13.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



§ 4º – A Concessionária de Serviço Público deverá adaptar em pelo menos 5% (cinco por cento) de seus veículos, equipamentos próprios para as pessoas portadoras de deficiência física.

§ 5º – A Concessionária de serviços públicos deverá implantar os benefícios previstos no prazo de 08 (oito) meses, a partir da assinatura do contrato.

Art. 14 Fica instituída uma Comissão de Análise para Transportes Urbanos Coletivos, visando definir os critérios da prestação do serviço e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, devendo obrigatoriamente ser constituída por um Representante da AREA de Pirassununga, na qualidade de Engenheiro, por um Delegado de Polícia do Município, dois representantes de associações de bairros e pelo Secretário de Planejamento do Município, ficando autorizado o Executivo a emitir Decreto para a regulamentação dos trabalhos da Comissão.

## TÍTULO II

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

#### CAPÍTULO ÚNICO

Art. 1º Fica o Poder Executivo incumbido de editar o Regulamento de Operação do Sistema Municipal de Transporte Público.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante licitação, os serviços de operação do Sistema Municipal de Transporte Público.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 170, de 22 de setembro de 1951.

Pirassununga, 24 de maio de 2005.

- ADEMIR ALYES LINDO -  
Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.  
Data supra.

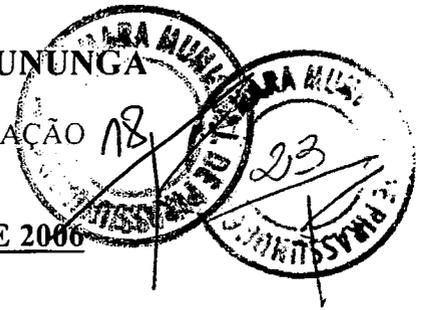
JORGE LUIS ELORENCIO.  
Secretário Municipal de Administração.  
dag/.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**- LEI Nº 3.514, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006**

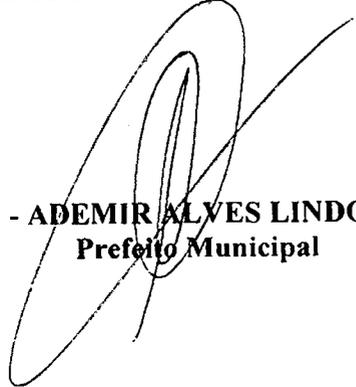
*“Revoga dispositivo da Lei n° 3.365/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências”.....*

**A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica revogado o inciso XVII do Art. 9º da Lei nº 3.365, de 24 de maio de 2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de Pirassununga, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo e dá outras providências.

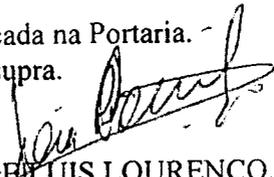
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Pirassununga, 30 de novembro de 2006.

  
**- ADEMIR ALVES LINDO -**  
**Prefeito Municipal**

Publicada na Portaria.

Data supra.

  
**JORGE LUIS LOURENÇO.**

Secretário Municipal de Administração.

thzop/.

# Idosos têm direito a passagem gratuita em viagens interestaduais



22/02/2007 - 14:22

Idosos com 60 anos ou mais e renda de até dois salários mínimos (R\$ 700,00) já podem fazer viagens interestaduais gratuitamente ou com desconto de pelo menos 50%, benefício garantido pelo Estatuto do Idoso, regulamentado pelo decreto 5.934, de 2006. Para usufruir a gratuidade, o idoso deverá comprovar a idade, por meio de documento de identidade com foto, e a renda, mediante a apresentação de algum desses documentos: contracheque de pagamento, carnê de contribuição para o INSS, extrato de pagamento de benefício ou Carteira de Trabalho com anotações atualizadas.

Os idosos que não puderem comprovar sua renda deverão aguardar a definição sobre os documentos a serem apresentados e os procedimentos a serem adotados por eles e pelas secretarias municipais ou estaduais de assistência social para a implementação do artigo 40 do Estatuto do Idoso. No dia 7 de março, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela Política Nacional do Idoso, apresentará proposta para esta questão na reunião da Comissão Intergestora Tripartite, instância de pactuação da política de assistência social das três esferas de governo.

De acordo com o decreto 5.934 estão reservadas, para as pessoas com 60 anos ou mais, duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço de transporte interestadual de passageiros. Os interessados devem solicitar um único "Bilhete de Viagem do Idoso" nos pontos de venda próprios da transportadora com antecedência de, pelo menos, três horas em relação ao horário de partida do ponto inicial da linha. Pode ainda fazer a solicitação em outros pontos autorizados para embarque de passageiros e até solicitar o bilhete de viagem de retorno. Após o prazo de três horas, se os assentos reservados não tiverem sido utilizados, os bilhetes poderão ser colocados à venda.

Caso as duas vagas reservadas para este fim tenham sido ocupadas, outros idosos que queiram fazer o mesmo percurso poderão obter descontos de, no mínimo, 50% no valor da passagem para os demais assentos do veículo. Para fazer jus a este desconto, o idoso deverá adquirir o bilhete com seis horas de antecedência, para viagens com distância de até 500 km, ou com doze horas de antecedência, para viagens acima de 500 km.

O "Bilhete de Viagem do Idoso" e o bilhete com desconto no valor da passagem são intransferíveis. Não estão incluídas no benefício as tarifas de pedágio e de utilização dos terminais, que serão pagas pelo idoso.

Multas - As multas para quem não cumprir corretamente o decreto variam de R\$ 959,31 a R\$ 2.877,93, sendo o maior valor cobrado da empresa de transporte que não fornecer a passagem ou se recusar a dar o desconto. O idoso que não conseguir adquirir a passagem gratuitamente deve procurar os postos de fiscalização da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, instalados nos principais terminais rodoviários do país, ou apresentar reclamação à Ouvidoria da agência, por meio do telefone 0800-610300.

Prevista no Estatuto do Idoso, sancionado em outubro de 2003, a gratuidade nas viagens interestaduais foi regulamentada pelo decreto de 2006, mas foi interrompida por meio de liminar concedida em dezembro passado pelo Tribunal Regional Federal, na ação impetrada pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati). No mês de janeiro, no entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a liminar que impedia o idoso de viajar em ônibus interestaduais gratuitamente. O STF decidiu que essa liminar permanecerá suspensa até o julgamento do mérito do processo em instância inferior.

